

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 326
6 de fevereiro de 2016

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos. Sejam bem-vindos.

Hoje eu queria continuar com aquele breve estudo sobre Aristóteles, colocado no contexto da *Introdução ao Método Filosófico*. Em princípio, isto aqui são partes de um livro que estou escrevendo, mas a ordem do livro não será necessariamente essa com que estou apresentando esses temas aqui. Eu escrevo um pedaço aqui, outro lá, e depois é que monto a seqüência. Inclusive essas partes, que se referem à relação entre o que estou explicando e a ordem daquelas sete etapas do método filosófico (que expliquei no livro *A Filosofia e o Seu Inverso*), embora colocadas aqui, não entrarão nesta parte do livro, e serão separadas depois.

Vou ler e comentar esta apostila (*O Percurso Filosófico de Aristóteles II*), e depois, se houver tempo, vou ler um artigo que preparei para o *Diário do Comércio* (agora, estou escrevendo um artigo mensal maior, em vez de um semanal curto), em que há algumas explicações (talvez, desnecessárias para os alunos mais antigos, mas que são boas para os que estão chegando), que serão úteis para o público em geral.

Mas vamos voltar ao texto sobre Aristóteles. Aqui, estão embutidos muitos temas interessantes, que talvez tenham de ser desenvolvidos depois em capítulos separados. Acrescentarei algumas explicações orais ao texto, as quais, mais tarde, talvez sejam escritas e enxertadas no livro em alguma parte.

Uma interpretação convencional de Aristóteles, talvez a mais popular de todas, afirma que para ele a realidade fundamental está no mundo das coisas sensíveis, não no céu das idéias puras como ensinava Platão. Embora consagrada no célebre quadro de Raffaello, “A escola de Atenas”, no qual Platão aponta para cima e Aristóteles para este baixo mundo, e embora repetida *ad nauseam* por manuais e professores, essa interpretação é totalmente insustentável.

Esta interpretação aparece mais na mídia cultural e em livros de divulgação, do que em estudos feitos por profissionais. Mas ela se impregnou de tal maneira que, recentemente, um historiador americano (não dos piores) escreveu um livro dizendo que toda a história do pensamento humano pode ser descrita como uma longa controvérsia entre essas duas linhas de pensamento. Isto é para vocês verem até que ponto uma figura de linguagem pode se impregnar na cultura, e demarcar o quadro de compreensão das pessoas. Continuando:

Aristóteles afirma que a realidade efetiva está nas substâncias individuais, não nas suas formas (ou “idéias”) separadas. (...)

Isto é: nos indivíduos, e não na forma de suas espécies. É o mesmo que dizer, por exemplo, que a realidade efetiva está no cavalo, e não na cavalidade.

(...) Mas, como vimos, para ele a substância não é o ente sensível presente aos nossos olhos. (...)

Isto é uma das coisas mais fundamentais para você aprender de Aristóteles.

Este [o ente sensível] é apenas um recorte abstrativo. A substância (de *sub* + *stare*, *hipokêimenon* em grego) é aquilo que está “por baixo” do ente sensível, o algoritmo das transformações possíveis, a base permanente por trás das mudanças. (...)

Você não pode esquecer que todos os conceitos fundamentais da filosofia de Aristóteles foram retirados de sua experiência como cientista natural. Oitenta por cento dos textos de Aristóteles que nos sobram são de ciências naturais, e não do que hoje chamaríamos de filosofia, sem bem que, na época, ele chamava tudo isto de filosofia. Então, esses conceitos sempre têm uma base na observação dos seres vivos. É fácil perceber que qualquer ser vivo, ao longo da sua existência, passa por muitas transformações (algumas que lhe são impostas desde fora; outras, ele produz sobre si mesmo). Por exemplo, se muda a temperatura, seu corpo sofre uma alteração, que veio de fora; mas, quando você come, é você mesmo quem está produzindo uma alteração. Todas as suas ações o alteram, e todas as mudanças de situação externa também o alteram.

O que é o ente real? É aquilo que permanece ao longo de todas essas mudanças, porque senão nós não poderíamos sequer falar de um sujeito e de um objeto dessas mudanças. Haveria apenas os estados separados, e você mesmo não teria nenhuma continuidade, nenhuma identidade ao longo da sua vida. Você não poderia dizer “agora, tenho 23 anos”, porque o cara que agora tem vinte e três anos não seria o mesmo que no ano passado teve vinte e dois, e muito menos aquele que, muitos anos antes, teve cinco ou seis. Quer dizer, sabemos que algo em nós permanece, e algo em todos os seres vivos permanece: você continua a reconhecer o seu cachorro, seu gato, desde quando ele nasce, pequenininho, até quando ele cresce, envelhece e morre.

Este algo que permanece é o que Aristóteles chama de substância. Isto quer dizer que a substância não é visível com os olhos da cara. Ela é aquilo que está por baixo das sucessivas aparências sensíveis que o objeto apresenta. É isto mesmo que quer dizer *hipokêimenon*: aquilo que está embaixo (*sub* + *stare* = estar embaixo). A substância, portanto, só é apreendida pelo intelecto agente. Então, é um absurdo você dizer que, para Aristóteles, a verdadeira realidade está no mundo sensível. Todas as nossas percepções são temporárias, fragmentárias e intermitentes. Quando você olha para uma coisa, você precisa piscar; e, enquanto pisca, aonde foi parar o objeto? Então, não existem percepções contínuas. Você não seria capaz nem de acompanhar, sem piscar, a vida de um mosquito (que dura 24 horas). Então, as impressões sensíveis que você tem do mosquito são uma sucessão de imagens separadas. E nós sabemos que existe alguma identidade por baixo dessas várias impressões. É esta identidade, que é a presença física real daquele ente, que Aristóteles chama de substância. Presença física real – não somente as nossas impressões.

Nós chamamos os entes de “sensíveis”, porque os sentimos, os apreendemos pelos sentidos. Mas tudo o que apreendemos são imagens ou impressões separadas. Então, o que apreende a substância não são os nossos sentidos – é o nosso intelecto agente.

Se o intelecto agente é o órgão apreensor da substância, a ele corresponde, como objeto, uma substância que é um elemento permanente (não quer dizer fixo, imutável; ao contrário: ele é uma matriz de transformações – sua fórmula, que é o mesmo quando Aristóteles diz “forma” -, a fórmula de todas as suas mutações sensíveis). Seria então um absurdo dizer que a substância (isto é, este algoritmo, esta fórmula básica) está no ente sensível, porque, ao contrário, o ente sensível é apenas uma aparência momentânea dela. É o ente sensível que está na substância (na fórmula) - ela abarca todas as mutações possíveis, quer dizer, todas as mudanças de estado que um ente pode sofrer, seja por efeito do ambiente, seja por iniciativa própria.

Por exemplo, quando você vê um gato indo em direção a um prato de leite; depois, vê o gato bebendo o leite; depois, vê o gato dormir – é o mesmo gato que fez tudo isto. Você pode dizer que a identidade do gato está no ente sensível? Não pode. É o ente sensível que está na substância.

Isto aí é básico, e o número de pessoas que compreende isto a respeito de Aristóteles é mínimo. Em geral, as pessoas acreditam realmente que ele afirma ser a realidade o ente sensível. Mas não é possível uma coisa dessa. Por exemplo, a explicação do processo abstrativo em Aristóteles: quando você percebe um ente sensível, você grava uma imagem dele naquele instante somente. Quando você vê uma pessoa, você a vê com a idade que ela tem no momento, e no estado que ela está no momento – e só isto. Na sua memória, esta imagem funciona como um signo, ou símbolo, da pessoa inteira – um signo da substância. Quer dizer, você está vendo apenas aquela imagem recortada, mas não é nela que você está pensando; então, esta imagem funciona como um signo. (09:57)

O fato é que esta idéia do signo desaparece no começo da Modernidade. Todo esse aspecto que hoje chamamos de semiológico da teoria do conhecimento de Aristóteles foi perdido. Então, surgem retroativamente interpretações erradas de Aristóteles, baseadas em uma espécie de deficiência que é caracteristicamente moderna, que é a perda da consciência semiológica. Quer dizer, o que se grava na memória não é o ente real; também não é uma impressão puramente subjetiva – mas é um signo.

Então, não se pode fazer essa dicotomia (“as minhas percepções refletem um ente real, ou são uma pura criação da minha mente?”). Elas são uma criação da mente que significa algo que vai para além do próprio signo. Sempre o significado de um signo vai para além dele. Quer dizer, de um lado, você tem o signo, que é o que condensa a coisa; de outro, há o significado, que é o conteúdo mental deste pensamento. Então, por exemplo, pode-se definir a espécie “vaca” a partir da imagem dela que foi guardada na memória. Tudo isto se passa na mente da pessoa. Mas tudo isto está se referindo a um objeto que não foi a mente que criou, mas que foi percebido no mundo externo. Isto é o que se chama, no famoso triângulo de Peirce, o “referente” (signo, significado e referente).

Talvez, a doença mental mais característica da modernidade seja a perda do referente. As pessoas lidam somente com signo e significado. Eu tenho assinalado muitas vezes esse fenômeno tão característico da cultura brasileira: o indivíduo lê as palavras, cujos significados despertam imediatamente nele uma reação emotiva (que já está associada àquele significado), e não existe menção ao referente, ou seja, ao objeto, à coisa real da qual está se falando. Isto aí, então, é um psitacismo – as pessoas estão raciocinando e sentindo apenas com palavras. Mas a reação emotiva tem uma intensidade, e isto dá a elas uma impressão de realidade; quer dizer, pelo fato de o indivíduo ser atingido, sacudido por aquela emoção, ele sente estar lidando com

uma realidade. Acontece que tudo isto se passou somente dentro da mente dele – na ausência do referente.

Qual é a característica fundamental do referente? É que nada do que se pense a respeito dele o esgota – nunca. Se aqui tem um gato, e você pensar tudo o que se pode pensar sobre este gato, e saber tudo o que se pode saber sobre este gato – isto não produz um gato. Uma vez, um sujeito falou que tinha um poema de John Keats que valia mais do que qualquer animal vivo. Keats fez um poema; mas ele faria um gato? Não. Então, o gato tem um algo a mais, que nenhum produto da mente humana consegue reproduzir ou copiar. Este algo a mais é a presença real da sua substância.

Este subjetivismo foi operado por Descartes, quando ele gira o eixo de atenção do mundo objetivo (da natureza) para a mente humana – e tudo passa a ser visto como se fosse um espelho da mente humana. A partir do momento em que ele fez isto, demonstrar a existência de qualquer objeto se torna impossível. Eu pego na minha mente uma imagem de vaca, e quero saber se ela existe no mundo externo, ou só na minha mente. Claro que ela existe só na minha mente. Mas a pergunta é: de onde eu tirei esta imagem de vaca? Mais: você conseguiria, só com sua mente, produzir uma vaca com todas as características, com todas as propriedades que, ao longo do tempo, a vaca real vai demonstrando? Por exemplo: a vaca da sua mente dá um leite que você possa tomar? Não. Então, acabou. A vaca real dá leite, o qual você toma. Mas a que está na sua mente não pode fazer isto.

Esta diferença – o limite para além do qual o nosso pensamento indica um referente, um objeto do mundo real – é o mata-burros do conhecimento. Quer dizer, o burro vai atravessar aquilo, quebra as patas ali mesmo, e já não passa adiante. Na sociedade brasileira, isto é um mal endêmico: as pessoas raciocinam a partir de signos e significados o tempo todo, e não são capazes de fazer este teste de realidade (“vamos ver se isto que estou falando ainda tem um referente, ou se estou operando só dentro da minha própria mente”). Claro que grandes filósofos padecem desse mal (Descartes, Spinoza, Kant). O próprio Leibniz, em parte. Nós vimos, na última aula, a desgraça que eles fizeram com o conceito de substância.

Agora, quando grandes filósofos são afetados de uma certa deficiência mental, esta se tornará endêmica na sociedade. Os homens mais inteligentes demarcam as possibilidades intelectuais dos menos inteligentes. Por exemplo, Albert Einstein desenvolveu a teoria da relatividade - e tudo o que as pessoas menos inteligentes que Einstein pensarem a respeito da sua teoria estará abaixo daquilo que ele disse. Então, ele deu o limite máximo de compreensão da sua própria teoria; os outros terão uma compreensão menor – a não ser que surja um mais inteligente do que ele, o que pode acontecer. Quer dizer, os defeitos e erros que se vê nos grandes pensadores se repetem em escala muito maior na sociedade em geral. Por exemplo, a interpretação falsa que se deu de Aristóteles. Certamente, quem inventou esta interpretação foi algum grande historiador da Filosofia, algum grande “cérebro”. E isto se impregna na multidão como se fosse uma realidade de fato.

Hoje mesmo surgiu uma pequena discussão (que não levei adiante, pois seria estupidez). Eu coloquei um *post* no facebook, dizendo o seguinte: O Vietnã do Norte jamais venceu a Guerra do Vietnã. Quando terminou a famosa “Ofensiva do Tet”, o exército do Vietnã do Norte estava destruído, não havia mais nada. E a famosa invasão da embaixada americana (que foi mostrada na televisão, com o pessoal fugindo, etc.) jamais aconteceu – os caras morreram todos na porta; nenhum entrou na embaixada. Mas na televisão (vejam o que a capacidade abstrativa faz na cabeça humana), o Walter Cronkite passou o filme dos funcionários civis sendo retirados, por helicópteros, do topo do edifício – e aquilo deu a impressão de que era

uma debandada geral. Agora, retirar funcionários civis é obrigação elementar do exército. Quer dizer, a “invasão da embaixada” simplesmente não aconteceu, apesar de ter sido tentada. E daí aparece um rapaz lá dizendo: “como que você está dizendo que os americanos não perderam a guerra! Eles perderam porque não conseguiram exterminar as guerrilhas! “. Ora, quando se está em luta contra um exército regular e contra algumas guerrilhas, e acabou aquele, restando só estas, isto quer dizer que o inimigo está derrotado – isto é a coisa mais óbvia do mundo. Se sobraram só as guerrilhas, doravante isto será um problema de polícia, não mais um problema para o exército. O que aconteceu com o sujeito que fez esta objeção? Ele tomou a palavra derrota não como a descrição de uma situação de fato, mas como um elemento moral.

Então, o fato é que, embora o Vietnã do Norte estivesse vencido militarmente, o presidente americano Lyndon Johnson, ao ver aquela cena do Walter Cronkite (do resgate dos funcionários da embaixada pelos helicópteros), afirmou que a sua reeleição estava perdida. Isto é fato documentado. Era com isto que ele estava preocupado, ou seja: em vez de enfrentar, ele tentou uma saída que não o comprometesse de alguma maneira. E, nos acordos diplomáticos de Paris, os americanos cederam tudo ao que o Vietnã queria. Então, a propaganda antiamericana, dentro do território americano, e a fragilidade do presidente Johnson, que determinou ao Henry Kissinger que entregasse tudo aos vietnamitas (para acabar logo com a guerra, porque o pessoal estava protestando muito na rua), foram os responsáveis pela impressão de derrota. Isto tem um valor emocional para as pessoas, tanto as que torciam para o Vietnã do Norte, quanto para as que torciam para os EUA; as primeiras se sentem lisonjeadas, engrandecidas pela vitória dos comunistas; as segundas, humilhadas – mas ambas interpretam da mesma maneira.

Este aí é o típico caso de raciocínio verbal, em que a palavra tem um significado emocional direto, mas não tem uma referência ao fato. Quer dizer, houve uma vitória do Vietnã do Norte? Sim, houve uma vitória propagandística e diplomática, posterior ao fim da guerra, quando o Vietnã já estava totalmente derrotado. Por incrível que pareça, eu vi uma entrevista do general Giap (comandante do Vietnã do Norte), em que ele reconheceu exatamente isto, que os americanos guerreavam no campo militar, e os vietnamitas, no campo propagandístico, cultural, psicológico, etc. – e foi justamente aí é que ganharam. E ganharam depois da guerra – uma vitória retroativa.

O salto do universo puramente verbal-mental para o universo do referente se faz mediante a análise crítica das suas palavras. Isto se dá para que se enxergue a fronteira, o limite onde o significado termina, e começa alguma outra coisa, a qual não se sabe necessariamente o que seja. (21:35)

Este exercício é a coisa mais básica da educação: o indivíduo aprender a buscar os fatos. Ora, os fatos jamais se resumem à sua definição. A definição é somente a essência, não a substância. A essência corresponde à forma inteligível? De jeito nenhum. A essência é um resumo verbal da forma inteligível. Para se chegar à definição, é preciso ter alcançado a forma inteligível. Daí se a traduz em uma expressão verbal, através do jogo de gênero e espécie (gênero próximo, e diferença específica), e pronto. Agora, existe algum ente real, no mundo, que possa consistir apenas do seu gênero próximo e diferença específica? Não, ele precisa ter uma presença, um algo mais além da sua definição.

Esta é a diferença entre o pensamento sério e o mero verbalismo. O pensamento sério está a toda hora trazendo à memória, à imaginação (do próprio pensador e do seu ouvinte) o esforço

para alcançar o fato real para além das definições. Portanto, é claro que é um pensamento mais difícil do que o mero verbalismo.

Então, vamos continuar com o texto de Aristóteles:

(...) E o que define essa base é precisamente a forma inteligível que não é captada pelos sentidos e sim apenas pelo intelecto agente.

É verdade o que diz Aristóteles: a realidade não está nas formas separadas das espécies (não está na cavaliidade, e sim nos cavalos). Mas o que são os cavalos? São os entes sensíveis a que damos o nome de cavalos? Não. É a substância deles, que é o elemento permanente por trás de suas mudanças de estado, a qual não é apreensível pelos sentidos, mas só pelo intelecto agente.

Isso corresponde exatamente ao que dizia Platão, com uma diferença. Aristóteles não acreditava que as formas das espécies existissem por si mesmas, num mundo separado. (...).

Mas ele também não acreditava que a forma das espécies está nas espécies. Ao contrário: as espécies estão dentro da forma das espécies. A forma do indivíduo não está no indivíduo; o indivíduo é que está dentro da sua forma, porque ele só pode atravessar um estado a cada momento, e a sua forma inteligível abarca todos esses estados (ela abarca todas as suas propriedades e todos os seus acidentes possíveis).

Qual é a diferença, então, entre a forma, tal como você a pensa na definição, e aquela outra, tal como existe na realidade? Se você disser que a forma de um ente já predetermina todos os acidentes que ele pode sofrer, e o separa dos que não pode sofrer, isto significa que esses acidentes são em número ilimitado, e todos eles já estão na forma substancial. Por exemplo, você sabe que não vai conseguir ensinar alemão para um gato (é uma limitação que ele tem). Mas você sabe que ele pode cair do telhado, pode jamais subir no telhado, pode dormir ou ficar acordado – tudo isto pode acontecer. Quantos acidentes podem sobrevir a um ente? Um número ilimitado de acidentes. Todos eles são harmônicos com a forma substancial. Quer dizer, a forma substancial predetermina não só as propriedades que o ente pode manifestar ao longo da sua existência (por exemplo, o ser humano pode ou não aprender alemão – isto é uma propriedade, que não faz parte da definição, mas que é coerente com ela), como também o universo inteiro dos acidentes que um indivíduo pode sofrer (distinguindo aqueles acidentes que ele não pode sofrer). Tudo isto está na forma substancial real – isto não é pensável. Quer dizer, você apreende a forma substancial, e sabe que ela contém tudo aquilo. Isto porque, se os acidentes não fossem compatíveis com a forma substancial, aquele ente não poderia sofrê-los.

Por exemplo, todos sabem que um gato pode virar cuíca. Mas uma tartaruga pode virar cuíca? Não tem jeito. Então, isto é um acidente. Acidente remotíssimo, muito secundário, porque a cuíca só apareceu, na África, muito tempo depois da criação dos gatos, mas que já estava previsto na forma substancial.

Aluno: Eu tenho dificuldade de entender por que os acidentes são em número ilimitado.

Porque eles representam tudo o que pode acontecer. Por exemplo, uma tartaruga pode ser exportada para a Alemanha? Pode. Você a põe em um caixinha, e exporta. A tartaruga pode cair de costas, e ficar assim até morrer? Pode.

Aluno: Mas não pode ficar assim indefinidamente.

Mas se ela não voltar à sua posição normal, ela morrerá. Leva um tempão para morrer, mas ela morre.

Então, é em número ilimitado porque é tudo aquilo que pode acontecer a um ente. Há coisas que podem acontecer, e coisas que não podem acontecer. Por exemplo, aqui temos este sofá: ele pode estragar, pode durar bastante, mas ele não pode sair voando. Ele também não pode ser insultado. Objeto inanimado não sofre insulto. Então, existe um limite. Mas qual é o número de acidentes? Pode acontecer qualquer coisa. Ou seja, o conjunto de acidentes que podem sobrevir a um ente tem que ser coerente com a sua forma substancial. Portanto, negativamente ao menos, estão incluídos nela. Mas eles são indizíveis.

Então, este é um teste para você saber se está falando de meras palavras ou de coisas. A sua mente, na hora em que você fala o nome de um ente, está aberta para essa infinidade de acidentes? Você está ou não consciente dessa tensão entre o estado atual do objeto, e os acidentes que ele pode sofrer? Em geral, não. Então, você perde o senso da tensão dialética das coisas, e começa a falar das palavras como se fossem coisas estáticas, acabadas e definitivas.

Por exemplo, vejam o que as pessoas falam hoje de democracia. Democracia é um processo enormemente complexo na realidade, que contém necessariamente elementos totalitários dentro de si. Ela não é uma coisa. Então, até quando falam de conceitos, que por si mesmos requerem essa tensão dialética, as pessoas perdem isto de vista, e acham que estão falando de coisas. É claro que isto aí é raciocínio primário, de criança.

Eu acho que pessoas que opinam sobre questões políticas não têm o direito de serem burras desse jeito, porque estarão simplesmente desorientando os outros. Estão falando de coisas que não sabem o que são. A formação universitária deveria ser para treinar as pessoas para não fazerem isto. Mas isto não acontece em todos departamentos. Por exemplo, se você treina um biólogo, quando disser o nome dos entes, ele terá a visão do que é a vida real dos entes, com toda complexidade que tem. Mas, se pegar um cara da Filosofia, da Ciência Política, etc., eles estarão lidando só com palavras o tempo todo. Eu confesso que a aquisição de uma noção de realidade é mais fácil em Biologia, do que em Política. Mas isto não o dispensa de fazer o esforço.

Vocês lembram daquilo que eu disse, na semana passada, sobre os vários fenômenos que são designados pela mesma palavra “liberalismo”, entre os quais existem relações, tensões, etc. Ora, as pessoas estão aí falando de liberalismo como se fosse apenas um valor predeterminado, fixo, que todo mundo conhece, como se fosse uma coisa auto-evidente. Isto é sinal de que elas não têm idéia da problematidade do conceito que estão usando. Elas sabem que existe um liberalismo anti-católico? Por exemplo, o filme “**ver no trt**”, com o Andy Garcia, sobre a Guerra dos Cristeros, mostra que o governo que promoveu aquela perseguição à Igreja Católica não era socialista – era liberal. Então, isto era o liberalismo anti-católico. Ao mesmo tempo, dentro da Igreja Católica, existia também um movimento chamado liberalismo, que era para a “modernização” da doutrina, e que iria culminar na Teologia da Libertação (que é socialista). Só por esses dois exemplos referentes a liberalismo, dá para perceber o quanto a coisa, na realidade, é complicada, feita de contradições, tensões, paradoxos, etc. – e as pessoas estão falando como se fosse uma coisa simples, um valor estabelecido. (32:41)

Então, quando usa as palavras, você está consciente da tensão por trás delas? Porque é esta tensão que é a realidade. A coisa bonitinha, arrumadinha, toda recortadinha – só existe no mundo do pensamento e das palavras. Mas, na realidade, não é assim.

O esforço do nosso discurso tem de ser sempre no sentido de trazer, para o nosso ouvinte ou leitor, a consciência dessa complexidade. Isto para que ele também raciocine sobre coisas – e não sobre palavras. Por exemplo, a distinção que fiz na aula passada: existe uma ideologia; embaixo dela, existe a auto-imagem que o movimento político vende; embaixo desta, existe a estratégia e a tática real **[adotadas pelo agente político]**, em cada momento – e assim por diante. E, entre essas várias camadas, existem afinidades e contradições. Por exemplo: por que Lênin permitiu a iniciativa privada durante alguns anos? Para fomentar o capitalismo? Sim, fomentar o capitalismo, para acabar com ele.

Isto é uma coisa que qualquer bicho sabe. Por exemplo, o caçador está perseguindo um urso, o qual está fugindo; mas o urso foge, para poder dar a volta, e pegar o caçador por trás. Então, ele está fugindo, ou atacando? As duas coisas ao mesmo tempo. Tudo na vida é assim.

A consciência dessas tensões e contradições é que vai nos dar o senso de realidade. Quem o possui sabe que a realidade sempre transcende o poder das palavras. O que tem de ser feito, então, é fazer um discurso aberto que dê ao ouvinte ou ao leitor a recordação que ele também terá de fazer este trabalho - portanto, não se trata somente de ler o que o autor está escrevendo. Ou seja, tudo o que se lê tem que ser executado, como uma partitura de música. Leitura de partitura é uma atividade muda, sem som; para ter som, é preciso apertar as teclas, assoprar uma corneta - qualquer coisa assim. É preciso fazer algo.

E tudo o que se lê tem de ser assim: é algo para ser feito. A leitura ativa é que vai distinguir você do analfabeto funcional. O analfabeto funcional não sabe fazer leitura ativa; ele só acompanha as palavras – ele entende o raciocínio, mas não as coisas raciocinadas.

(...) Elas só existem *nos* entes individuais – mas isto não é dizer que só existam nos entes corporais e sensíveis.

Prestem bem atenção: ente individual é uma coisa; ente sensível, corporal é outra. A sua própria individualidade é aquela que permaneceu ao longo do tempo. Já o seu ente corporal, sensível, é este que você é agora, neste momento, e só neste momento, pois já estará alterado no próximo instante. Aristóteles jamais disse que a realidade está nos entes corporais, sensíveis – ele disse que está nos entes individuais, e não na pura forma das suas espécies.

A maior prova disto é a seguinte:

(...) Anjos ou quaisquer outras entidades do mundo espiritual são também indivíduos e só existem como indivíduos. O próprio Deus é uma individualidade e não uma espécie – muito menos o mero conceito de uma espécie.

Para tornar as coisas ainda mais claras, a forma inteligível, o algoritmo, se abarca todas as transformações que o ente sensível pode sofrer, transcende infinitamente a aparência que ele pode apresentar aos nossos sentidos a cada momento. (...)

Eu aqui estou vendo a Leilah. Eu lembro de quando ela era bebê. Ela é ainda a mesma pessoa, com outra aparência sensível. A realidade dela contém todas essas fases. E não só a aparência de agora, como se ela tivesse aparecido do nada (sem nascimento, sem infância, etc.).

(...). A realidade não está portanto no mundo sensível e sim no conjunto das formas inteligíveis – as substâncias – dos entes individuais, sejam eles corporais ou espirituais. O mundo sensível é apenas um fragmento contido no universo ilimitado das formas inteligíveis. Exatamente como dizia Platão.

Só que Platão acreditava as essências das espécies é que são a verdadeira realidade. Mas, no fim da vida, ele se corrigiu, e reconheceu que não era assim. Isto porque Aristóteles, quando era jovem, fez uma série de críticas lógicas. Exemplificara assim: “há dois homens, e, para cada um, existe uma forma inteligível no mundo das Idéias, separada do que eles são aqui; mas, entre eles, existem semelhanças e diferenças, e, portanto, há de haver uma forma para a semelhança e a diferença, e assim por diante – e esse negócio não termina mais. Então, foi uma formulação verbal (uma figura de linguagem) usada por Platão, à qual o pessoal deu o sentido de uma doutrina formal. Evidentemente, não é uma doutrina formal – é um primeiro esboço.

Na verdade, a noção platônica do mundo inteligível “separado” não existe enquanto doutrina formal de Platão. Ela é antes uma figura de linguagem a que Platão recorreu para expor a intuição ainda primitiva e obscura de uma verdade fundamental que ele acabava de descobrir – e cujo sentido pleno só se revelará em Aristóteles. (...).

Quer dizer: o sentido do platonismo só fica claro em Aristóteles.

(...) Tanto que, nos seus escritos da velhice, o próprio Platão busca uma formulação mais exata dessa noção, tendo em vista as críticas lógicas que Aristóteles fizera à sua formulação inicial.

Interpretações inteiras da história universal da filosofia foram montadas na base de uma oposição dual Platão-Aristóteles, mas elas devem ser consideradas apenas construções literárias criadas a partir do contraste de duas personalidades, ou de dois estereótipos.

O contraste das personalidades existe. É só ver a figura física dos dois: Platão era um homem enorme, forte, ginasta, e Aristóteles era baixinho; Platão era um homem da aristocracia grega, e Aristóteles, por ser estrangeiro, não podia participar da política de Atenas; Platão morreu solteiro, e nunca casou, já Aristóteles casou, teve filhos, criou uma família, deixou um legado para eles. Quer dizer, são duas vidas, dois tipos completamente diferentes.

Também um tanto desfocadas são as tentativas de “conciliar” as duas filosofias, como por exemplo a que surge com o engenhoso filósofo iraquiano Abu Yūsuf Ya‘qūb ibn ‘Ishāq aṣ-Ṣabbāḥ al-Kindī (em latim, *Alkindus*, c. 801–873), celebrado na Europa como “o filósofo dos árabes”. Pois a filosofia de Aristóteles não é oposta nem concordante com a platônica: é parte integrante, aperfeiçoamento e extensão dela, como o reconhecia o próprio Aristóteles. O aristotelismo só faz sentido *dentro* do platonismo, sendo este o motivo pelo qual Aristóteles, até o fim da vida, falava de “nós, os platônicos”.

E não de “nós, os aristotélicos”. Como se dirá que isto era apenas uma homenagem da boca para fora? Quais são as provas disto? Existem inúmeras provas de que ele estava tentando complementar o platonismo, e corrigi-lo em detalhes. Mas não tem nenhuma prova de que ele fosse um cara falso, que resolveu fazer uma homenagem ao mestre, enquanto o apunhalava pelas costas.

Não é portanto de estranhar que a obra de Platão tenha uma amplitude espiritual, uma elevação mística ostensiva que, na de Aristóteles, só aparece levemente insinuada aqui e ali, sem qualquer elaboração maior. Em Platão deparamos com uma visão abrangente do universo

material e espiritual, da origem e fim das coisas, do julgamento derradeiro e da vida após a morte. (...)

Aparece, no final d'*A República*, o mito de *Er*, e como ele vai parar no Hades, como é julgado, e escolhe uma nova vida, e assim por diante.

(...) Nada disso encontramos em Aristóteles. O que aí vemos é uma metodologia geral que transforma a visão mística de Platão em sistema das ciências. Não é razoável supor que Aristóteles pretendesse algo mais do que corrigir e aperfeiçoar em certos pontos o edifício erguido pelo seu mestre, sem nenhuma pretensão de concorrer com ele ou substituí-lo, mas de dar-lhe uma operacionalidade cognitiva capaz de orientar as investigações filosófico-científicas por muitos séculos adiante.

Como de fato aconteceu. Pode-se dizer que o platonismo termina com Platão. O que se pode fazer com o platonismo daí em diante? Quase nada. Mas Aristóteles cria a metodologia geral das ciências, e isto orienta as investigações científicas até hoje. O que chamamos de método científico hoje não é nada senão a boa e velha dialética de Aristóteles, que consiste na confrontação de hipóteses.

Eu não vou continuar com a leitura do texto. Como essas várias vidas intelectuais de filósofos refletem as sete etapas do método filosófico, tal como descrito no livro *A Filosofia e o Seu Inverso* – prefiro deixar isto para depois. Mas quem for esperto já deve ter percebido alguma coisa disto nesses breves relatos que estou fazendo. (43:58)

Há o momento inicial, o *thambos* (o espanto), que desperta a vocação filosófica. Em seguida, há a meditação e a *anamnese*, quando o indivíduo vai tentar dar conta das suas próprias idéias (o que ele pensa até o momento; o que os fatos estão o obrigando a pensar), e tentará fazer um arranjo. Depois, vem o momento da pesquisa histórico-filológica, que é evidente tanto em Platão quanto em Aristóteles, porque os filósofos anteriores aparecem nos diálogos platônicos, e Aristóteles diz claramente que a investigação começa com a coleção das “opiniões dos sábios”.

Aristóteles coleta essas opiniões, que parecem uma confusão, uma logomaquia, uma disputa entre coisas totalmente desconstruídas, e as articula como se fossem uma discussão dialética ideal, que não aconteceu. Depois, ele vai recolocando as várias teses e opiniões em seus devidos lugares. Por exemplo, quando aparecem duas definições diferentes, Aristóteles percebe que uma delas não é propriamente uma definição – ela está falando de uma propriedade -, e que a outra se refere a um acidente; uma delas está predicando categoricamente, e a outra não. Então, conforme os níveis de predicação, conforme as várias categorias, Aristóteles pega as várias opiniões e as dispõe como num quadro. E o conjunto vira, então, uma discussão dialética, que está acontecendo não historicamente, mas na cabeça de Aristóteles – ele integra as opiniões dos sábios na sua própria investigação, articulando umas com as outras de uma maneira que elas não estavam articuladas no começo. Quer dizer, onde parece haver uma contradição, uma confrontação - às vezes, não é exatamente assim.

Agora vou ler este artigo, “O que estou fazendo aqui”,¹ que preparei para o *Diário do Comércio*, e talvez fazer algumas observações.

A característica fundamental das ideologias é o seu caráter normativo, a ênfase no “dever ser”. Todos os demais elementos do seu discurso, por mais denso ou mais ralo que pareça o seu

¹ <http://www.olavodecarvalho.org/o-que-estou-fazendo-aqui/>

conteúdo descritivo, analítico ou explicativo, concorrem a esse fim e são por ele determinados, ao ponto de que as normas e valores adotados decidem retroativamente o perfil da realidade descrita, e não ao inverso.

É lógico que toda ideologia é uma proposta de algo a fazer (por exemplo, tem-se que construir o socialismo, ou o liberalismo, ou um regime teocrático, ou o império eurasiático). No discurso ideológico, é claro que se tem, além do elemento propositivo ou normativo, uma série de descrições e análises da realidade. Só que estas estão condicionadas ao elemento propositivo ou normativo, o que não acontece no discurso filosófico-científico, evidentemente.

Por exemplo, quando Aristóteles descreve os vários tipos de regimes políticos existentes, ele não está propondo nenhum – simplesmente, está dizendo que eles existem, que funcionam de certa maneira, e que apresentam determinadas relações entre si. Então, Aristóteles não tem uma proposta normativa.

Isso não quer dizer que às ideologias falte racionalidade: ao contrário, elas são edifícios racionais, às vezes primores de argumentação lógica, mas construídos em cima de premissas valorativas e opções seletivas que jamais podem ser colocadas em questão.

Por exemplo, se alguém ler o livro de Joseph de Maistre, *As Noitadas de São Petersburgo*. O livro é maravilhosamente bem escrito, e a lógica do autor é implacável. Só que ele está raciocinando a partir da premissa de que a Igreja Católica deve governar o mundo (quer dizer, o governo papal). É claro que Maistre não vai colocar isto profundamente em discussão (apesar de discutir tudo o mais), porque esse é o “peixe” que ele está vendendo. Então, do discurso ideológico, aproveitam-se vários pedaços que tem valor científico indubitável. Mas, no conjunto, esses elementos (ou descritivos, ou analíticos, ou explicativos) estão subordinados a uma finalidade propositiva ou normativa.

Daí que, como diz A. James Gregor, o grande estudioso do fenômeno revolucionário moderno, o discurso ideológico seja “enganosamente descritivo” [ou seja, ele parece descritivo, parece analítico, parece explicativo, mas, no fundo, ele é sempre normativo], quando parece estar falando da realidade, nada mais faz do que buscar superfícies de contraste e pontos de apoio para o “mundo melhor” cuja realização é seu objetivo e sua razão de ser.

Se o cidadão optou pelo socialismo, ele descreverá o capitalismo como antecessor e adversário [quer dizer, o capitalismo foi o que nos antecedeu, é o estado de coisas encontrado, e por isso agora é o nosso adversário], suprimindo tudo aquilo que, na sociedade capitalista, não possa ser descrito nesses termos.

Quer dizer, aquilo que, na sociedade capitalista, não antecede ao socialismo, e não pode ser usado como anti-exemplo pelo socialista, tem de ser suprimido². Por exemplo, na discussão que tive com o Duguin (que não é bem um socialista), o modelo de sociedade capitalista descrita por ele se resumia à noção de concorrência (tomada por ele como sinônimo de “a luta de todos contra todos” – quando é exatamente o que ela não pode ser). Ninguém dirá que concorrência comercial consiste em o sujeito matar o seu concorrente. Se fosse assim, se um concorrente matasse os demais, acabaria a concorrência – e daí surgiria o monopólio. E Duguin omitia todos os elementos de solidariedade, de ajuda mútua, de prestação de serviço, de caridade, presentes na sociedade americana, e em dose infinitamente superior à que jamais teve na sociedade russa (os russos nem sabem o que são tais elementos). Como não dá para

² A frase original foi esta: “Quer dizer, aquilo que, na sociedade capitalista, não antecede o capitalismo, e não pode ser usado como anti-exemplo para o socialismo, tem de ser suprimido”. Penso que a verdadeira intenção do professor era dizer como foi transcrito acima.

fazer uma comparação negativa com a proposta eurasiana, tudo isto é jogado para debaixo do tapete, embora seja uma realidade.

Aluno: Pode-se dizer que o discurso ideológico tem, como conteúdo principal, uma motivação retórica?

Olavo: Não necessariamente, porque existem elementos científicos ali. A motivação, em última análise, pode ser retórica, porque o discurso ideológico visa a induzir a uma ação. Mas, às vezes, a ação é remota. Se você ler *O Capital* inteiro, Karl Marx não está propondo nada ali; ele está somente analisando o capitalismo. A proposta virá no *O Manifesto Comunista* e em outros escritos. Às vezes, a parte analítica ou descritiva do discurso ideológico ocupa o maior espaço. Agora, não se pode falar em retórica ou em dialética pois estes são tipos de argumentação – e não estou falando disto. Estou falando do objetivo geral da coisa, da índole inteira do discurso, e não só do seu modo de argumentação - ele pode usar os quatro modos de argumentação. Por exemplo, dentro da propaganda comunista, há obras científicas, como de Isaac Luri³ (grande psicólogo); obras de ficção, como *A Mãe*, do Máximo Gorki, e as peças de Bertolt Brecht. Mas não é da modalidade de discurso que estou falando.

Se escolheu a visão iluminista da democracia como filha e culminação da razão científica [mais ou menos no estilo de Rodrigo Constantino ou Reinaldo Azevedo], descreverá o fascismo como truculência irracional pura [esta imagem é muito comum, aliás, oficial até], suprimindo da História as décadas de argumentação fascista – tão racional quanto qualquer outro discurso ideológico – que prepararam o advento de Mussolini ao poder.

Até recentemente, esta figura de linguagem era comum até entre estudiosos sérios, porque não acreditavam que existisse propriamente uma ideologia fascista, somente a propaganda truculenta. Mas eles pensaram assim porque não leram os textos. Quando se puxam os textos, vê-se que houve um longo trabalho intelectual, tão complexo quanto ao da ideologia socialista, preparando o advento do fascismo – então, o fascismo é uma ideologia em sentido pleno, incluindo os seus elementos de argumentação racional. Quem foi o teórico do fascismo? Foi Giovanni Gentile, que era um homem de um preparo filosófico monstruoso, e não um propagandista.

Tendo isso em vista, a coisa mais óbvia do mundo é que nenhum dos meus escritos e nada do que eu tenha ensinado em aula tem caráter ideológico, e que descrever-me como “ideólogo da direita”, ou ideólogo do que quer que seja, só vale como pejorativo difamatório, tentativa de me reduzir à estatura mental do anão que assim me rotula.

Podem procurar nos meus livros, artigos e aulas. Não encontrarão qualquer especulação sobre a “boa sociedade” [vocês já viram eu expor algum modelo de sociedade? Nunca. Eu não tenho a menor idéia do que deva ser a ‘boa sociedade’], muito menos um modelo dela.

Posso, no máximo, ter subscrito aqui ou ali, de passagem e sem lhe prestar grande atenção, este ou aquele preceito normativo menor em economia, em educação, em política eleitoral [que são pontos separados, que não formam um conjunto. Por exemplo, eu tenho alguma preferência por economia de mercado, porque li no Von Mises que isto funciona melhor, etc. Mas isto não quer dizer que eu esteja aderindo à ideologia liberal como um todo] ou em qualquer outro domínio especializado, sem nenhuma tentativa de articulá-los e muito menos de sistematizá-los numa concepção geral, numa “ideologia”.

³ Não encontrei o nome correto do referido psicólogo. (N.R.)

Mesmo aquelas observações que faço aqui e ali sobre economia de mercado estão muito longe de ser uma apologia desta coisa. Nem mesmo neste ponto determinado, jamais eu escrevi uma apologia à economia de mercado. Eu acho que ela é ligeiramente melhor do que uma economia estatizada (isto é um fato, mais do que comprovado), mas não vou sair pregando a privatização de tudo, como se isto fosse a solução para a sociedade.

Isso deveria ser claro para qualquer pessoa que saiba ler, e de fato o seria se a fusão de analfabetismo funcional, malícia e medo caipira do desconhecido não formasse aquele composto indissolúvel e inalteravelmente fedorento que constitui a *forma mentis* dos nossos “formadores de opinião” hoje em dia.

É óbvio que essas pessoas são incapazes de raciocinar na clave do discurso descritivo. (...)

Eles não sabem o que é descrever a realidade. Acho que nunca fizeram, na escola, uma descrição. Antigamente, tinha exercícios de descrição, de narração, de argumentação. Hoje as pessoas não sabem mais isto. Então, elas nunca falam do que “é”, só do que “deve ser” e do que “não deve ser”.

“(…) Não dizem uma palavra que não seja para “tomar posição” [note bem: todos os nossos formadores de opinião (na televisão, na mídia impressa, nas universidades) só estão falando do certo e do errado, o tempo todo. Nunca discutem se a coisa é ou não do jeito que pressupõem], ou melhor, para ostentar uma auto-imagem lisonjeira perante os leitores, devendo, para isso, contrastá-la com algum antitemodelo odioso que, se não for encontrado, tem de ser inventado com deboches, caricaturas pueris e retalhos de aparências.

Por exemplo, o Reinaldo Azevedo posando de ser a democracia moderna, a liberdade, o estado laico, etc. - e o Bolsonaro é a truculência fascista. O sujeito está vendendo uma auto-imagem, evidentemente. Não está sequer tomando uma posição – está apenas se mostrando como a personificação de certos valores positivos, enquanto o outro é a do mal e de tudo que é abominável. No fundo, isto tudo é uma ciência: a “umbigologia”. E é assim mesmo, sem caricatura. Veja: o Reinaldo Azevedo chega ao ponto de dizer que, qualquer um que o xingue, está praticando um atentado à democracia. Ele não diz isto? Tenho os textos dele para provar. Então, ele é a democracia? Quando me xingam, só xingam a minha humilde pessoa – não a democracia, a Igreja Católica, a civilização Ocidental. Agora, se xingam o Reinaldo Azevedo, ou o Rodrigo Constantino, então é um ataque à democracia. Isto porque eles personificam a democracia, as “luzes”, a modernidade – tudo o que é bom.

Então, pessoas assim não estão analisando nada. A discussão não é séria. Quando uma pessoa fala que gosta dos artigos deles, é porque ela se identifica com aquilo, e não porque eles estejam dizendo a verdade ou a falsidade – isto não entra em linha de conta. No máximo, existem a concordância e a discordância. O que é concordar? São dois corações que se harmonizam – os dois se amam. Já a discórdia – “não gosto; não brinco mais; ‘belém-belém-nunca-mais-fico-de-bem”. A discussão nacional não passa disto. Eu não estou caricaturando – isto é literal; isto acontece exatamente assim. (01:01:57)

Não existe sondagem da realidade sem enfrentamento com a dificuldade e a contradição – não existe. Se a coisa está, digamos, muito em linha reta, muito coerente demais, é porque é falsa (“aqui, tudo é democracia, liberdade; lá, tudo é truculência fascista”). Já repararam que tucanos e petistas se chamam, um ao outro, de golpistas e fascistas? Isto não é possível: ou um dos dois tem de estar enganado, ou os dois terão de estar. O que é isto? É ostentação de auto-imagem, só isto – não há discussão alguma.

A coisa mais importante na vida, para essas criaturas, é personificar ante os holofotes alguns valores tidos como bons e desejáveis, como por exemplo “a democracia”, “os direitos humanos”, “a ordem constitucional”, “a defesa das minorias”, etc. e tal, colocando nos antípodas dessas coisas excelentíssimas qualquer palavra que lhes desagrade.

Alguns desses indivíduos tiveram as suas personalidades tão completamente engolidas por esses símbolos convencionais do bem, que chegam a tomar qualquer reclamação, insulto ou crítica que se dirija às suas distintas pessoas como um atentado contra a democracia, um virtual golpe de Estado.

O desejo de personificar coisas bonitas como a democracia e a ordem constitucional é aí tão intenso que, no confronto entre esquerda e direita, os dois lados se acusam mutuamente de “golpistas” e “fascistas”. Melhor prova de que se trata de meros discursos ideológicos não se poderia exigir.

Ora, eu chamaria um sujeito de golpista se tivesse indícios sérios de que ele está se reunindo com outras pessoas, tramando para tomarem o poder (pela violência, ou por algum truque), violando então o conteúdo explícito das leis e o sistema eleitoral. Se eu tiver tudo isto, chamarei o sujeito de golpista. Golpista é quem trama ou executa um golpe de Estado – e não porque disse qualquer coisa, mesmo que favorável a um golpe de Estado. O sujeito dizer que um golpe de Estado seria bom não o transforma em golpista – ele é, no máximo, um admirador do golpe de Estado.

Meu pai tinha um secretário, um velhinho que tinha tido um derrame, que falava com a boca torta. Então, ele dizia, com voz grossa: “Este país precisa duma boa ditadura militar!”. O velhinho era um golpista por causa disto? Não, ele era um apreciador de um determinado golpe de Estado (por um Getúlio, qualquer coisa assim). A minha tia, casada com meu padrinho de batismo, era tão getulista que, depois que o Getúlio morreu, não votou mais; e os caras do Tribunal Eleitoral reclamavam, e ela botava todo mundo para correr. Ela era fascista, adepta da ditadura, por causa disto? Isto é loucura. Quando Getúlio morreu, o povo inteiro saiu à rua para chorar. Aquelas pessoas eram fascistas? A maioria achava que fascismo era aquilo que eles tinham ido combater na Itália – e não aqui.

O uso desses termos, totalmente deslocado da realidade, anula o valor descritivo que eles possam ter, e os transformam em meros instrumentos para bater na cabeça dos outros. Quando você xinga um sujeito de “filho-da-puta”, você não está se referindo à mãe dele. Você não sabe a profissão dela (talvez, ela não tivesse profissão nenhuma), talvez ela fosse uma boa senhora. Então, a coisa perde qualquer referência objetiva, e conserva apenas o seu significado subjetivo.

Da minha parte, meus escritos políticos [e todos vocês são testemunhas disto] dividem-se entre a busca de conceitos descritivos cientificamente fundados e a aplicação desses conceitos ao diagnóstico de situações concretas, complementado às vezes por prognósticos que, ao longo de mais de vinte anos, jamais deixaram de se cumprir.

Isto aqui é a prova que estou lidando com o domínio objetivo das coisas. Eu não estou pregando nada.

Dessas duas partes, a primeira está documentada nas minhas apostilas de aulas (especialmente dos cursos que dei na PUC do Paraná), a segunda nos meus artigos de jornal.

Os leitores destes últimos não têm acesso direto à fundamentação teórica, mas encontram neles indicações suficientes de que ela existe, de que não se trata de opiniões soltas no ar, mas,

como observou Martin Pagnan, de ciência política no sentido estrito em que a compreendia o seu mestre e amigo, Eric Voegelin.

Ele disse literalmente isto: “O Olavo é o único que está fazendo ciência política no sentido que a entendia Voegelin, como a descrição tipificadora em situações concretas, neste ou naquele país”.

Não há, entre os mais incensados “formadores de opinião” deste país -- jornalísticos ou universitários --, um só que tenha a capacidade requerida, já não digo para discutir esse material, mas para apreendê-lo como conjunto.

A maior prova disto é a seguinte: quando você vê esses congressos do PT, que reúnem os intelectuais petistas, atordoados com a pancada que levaram, tentando explicar o que aconteceu, e as explicações são tão rudimentares, tão bobocas. Apareceu um que dizia que o povo estava os condenando, porque não sabe como eram corruptos os governos antigamente; se se falar da corrupção antiga, o povo vai acordar. Corrupção antiga? Se se somar tudo o que se roubou na construção de Brasília é mixaria perto do que veio depois. Quer dizer, esses intelectuais estão se apegando a esperanças bobocas, porque não entendem o que aconteceu – levaram a pancada, e não sabem de onde ela veio.

Se vocês lerem os meus artigos, está tudo explicado o que aconteceu. Se eu fosse um teórico petista, eu teria a salvação do partido aqui no bolso. Eu sei como resolver, mas eles não sabem. Vejam que coisa deplorável!

Aluno: Os defensores do projeto de poder se tornaram vítimas do seu próprio discurso legitimador.

Exatamente. Eles pegam o discurso legitimador, e acreditam nele. O discurso legitimador não é nem ideologia – é mera propaganda. Mas eles acreditam nele, e o tomam como premissa, como base teórica para explicar o que aconteceu. Mas isto é tão primitivo, tão tosco, tão burro, que dá dó, dá vontade de chorar. (01:10:04)

Aluno: Virou o idiota-útil de si mesmo.

É o idiota-útil de si próprio. Este fenômeno é mais grave do que o assunto que eles estão discutindo. Mais grave que “Mensalão”, “Petrolão”. Mais grave do que a desgraça do PT. Isto porque, se a inteligência foi embora, a possibilidade de se resolver qualquer problema que seja é zero. Então, você pega um sujeito que está louco, desempregado, a mulher dele fugiu, o cachorro morreu, etc. Qual é o problema que você tem que resolver primeiro? É a loucura. Mas, no Brasil, é o contrário: tem que resolver tudo, para depois consertar a loucura.

Descrevo aí as coisas como as vejo por meio de instrumentos científicos de observação [os quais estão abundantemente descritos na apostila *Problemas de Métodos nas Ciências Sociais*⁴ e no curso *Teoria do Estado*], pouco me importando se vou “dar a impressão” de ser democrata ou fascista, socialista, sionista, católico tradicionalista, maçom ou agente muçulmano.

Tanto que já fui chamado de todas essas coisas, o que por si já demonstra que os rotuladores não estão interessados em diagnósticos da realidade, mas apenas em inventar, naquilo que lêem, o perfil oculto do amigo ou do inimigo, para saber se, na luta ideológica, devem louvá-lo ou achincalhá-lo.

⁴ Esta apostila pode ser encontrada em http://www.seminariodefilosofia.org/wp-content/uploads/2015/07/olavodecarvalho_problemasdemetodosnascihum.pdf

A variedade mesma das ideologias que me atribuem é a prova cabal de que não subscrevo nenhuma delas, (...)

Se o sujeito tentar me classificar como “necon”, vai encontrar alguma coisa que contradiz tal posição. Se achar que sou muçulmano, encontrará coisas que contradiz esta postura. Se pensar que sou católico-tradicionalista-guenoniano, dali a pouco achará algo que contradiz a esta pecha. Isto não dá certo, eu não estou cabendo em nenhuma dessas categorias, porque falo em um outro plano, que não se reduz a esse tipo de catalogação.

(...) mas falo numa chave cuja compreensão escapa ao estreito horizonte de consciência dos ideólogos [isto quando são ideólogos; em geral, são apenas propagandistas e cabos-eleitorais] que hoje ocupam o espaço inteiro da mídia e das cátedras universitárias.

Suas reações histéricas e odientas, suas poses fingidas de superioridade olímpica, sua invencionice entre maliciosa e pueril, seus afagos teatrais de condescendência paternalista entremeados de insinuações pérfidas, são os sintomas vivos de uma inépcia coletiva monstruosa, como jamais se viu antes em qualquer época ou nação.

Este é o maior problema do Brasil, e não o “Mensalão”, o “Perolão”, a Petrobrás, as Forças Armadas; não é sequer a segurança pública. Este é o problema: nós não temos uma camada intelectual capaz de discutir os problemas com seriedade.

O que neste país se chama de “debate político” é de uma miséria intelectual indescritível, que por si só já fornece a explicação suficiente do fracasso nacional em todos os domínios – economia, segurança pública, justiça, educação, saúde, relações internacionais etc.

Digo isso porque a intelectualidade falante demarca a envergadura e a altitude máximas da consciência de um povo. Sua incapacidade e sua baixeza, que venho documentando desde os tempos do *Imbecil Coletivo* (1996), mas que depois dessa época vieram saltando do alarmante ao calamitoso e daí ao catastrófico e ao infernal, refletem-se na degradação mental e moral da população inteira.

De todos os bens humanos, a inteligência – e inteligência não quer dizer senão consciência – se distingue dos demais por um traço distintivo peculiar: quanto mais a perdemos, menos damos pela sua falta [quanto mais burro o sujeito fica, mais inteligente ele se acha – é o Efeito Dunning-Kruger]. Aí as mais óbvias conexões de causa e efeito se tornam um mistério inacessível, um segredo esotérico impensável. A conduta desencontrada e absurda torna-se, então, a norma geral.

Durante quarenta anos, os brasileiros deixaram, sem reclamar, que seu país se transformasse no maior consumidor de drogas da América Latina; deixaram que suas escolas se tornassem centrais de propaganda comunista e bordéis para crianças; deixaram, sem reclamar, que sua cultura superior fosse substituída pelo império de farsantes semi-analfabetos; deixaram, sem reclamar, que sua religião tradicional se prostituísse no leito do comunismo, e correram para buscar abrigo fictício em pseudoigrejas improvisadas onde se vendiam falsos milagres por alto preço [esta é a maior prova de burrice]; deixaram, sem reclamar, que seus irmãos fossem assassinados em quantidades cada vez maiores, até que toda a nação tivesse medo de sair às ruas e começasse a aprisionar-se a si própria atrás de grades impotentes para protegê-la; deixaram, sem reclamar, que o governo tomasse as suas armas, e até se apressaram em entregá-las, largando suas famílias desprotegidas, para mostrar o quanto eram bonzinhos e obedientes. Depois de tudo isso, descobriram que os políticos estavam desviando verbas do Estado, e aí explodiram num grito de revolta: ‘Não! No nosso rico e santo dinheirinho ninguém mexe!’ [‘O gigante acordou! Roubaram o meu dinheiro!’].

A rebelião popular contra os comunolarápios não nasce de nenhuma indignação moral legítima, mas emana da mesma mentalidade dinheirista que inspira os corruptos mais cínicos.

Não só o dinheiro é aí o valor mais alto, talvez o único, mas tudo parece inspirar-se na regra: “Eu também quero, senão eu conto para todo mundo.” É óbvio que, se essa mentalidade não prevalecesse no nosso meio social, jamais a corrupção teria subido aos níveis estratosféricos que alcançou com o Mensalão, o Petrolão etc.

O ódio ao mal não é sinal de bondade e honradez: faz parte da dialética do mal odiar-se a si mesmo, mover guerra a si mesmo e proliferar por cissiparidade.

Por exemplo, peguem a história do comunismo, do nazismo. Como é que Hitler afirmou o seu poder em primeiro lugar? Matando uma facção do seu próprio partido, em uma noite. Quem matou mais comunistas do que os comunistas? Ninguém. Como é que as máfias crescem? Leiam o livro *Honor Thy Father*, que conta a história da família Bonanno: é só traição e morticínio interno o tempo todo; eles matam muito mais mafiosos do que gente de fora.

O mais significativo de tudo é que fenômeno de teratologia moral tão patente, tão visível e tão escandaloso não mereça sequer um comentáriozinho num jornal [você não vê ninguém falando destas coisas], quando deveria ser matéria de mil estudos sociológicos.

Querem maior prova de que os luminares da mídia e das universidades não têm o menor interesse em conhecer a realidade, mas somente em promover suas malditas agendas ideológicas? [qualquer agenda que seja: conservadora, liberal, comunista, socialista, islâmica].

Transcrição e revisão: Eduardo Chaves Bueno